



# TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE PERNAMBUCO



Janeiro/2012

## Concurso Público para provimento de cargos de Analista Judiciário - APJ Pedagogo

Nome do Candidato

Caderno de Prova 'AF', Tipo 001

Nº de Inscrição

MODELO

Nº do Caderno

MODELO1

Nº do Documento

0000000000000000

ASSINATURA DO CANDIDATO

00001-0001-0001

# PROVA

## Conhecimentos Gerais Conhecimentos Específicos

### INSTRUÇÕES

- Verifique se este caderno:
  - corresponde a sua opção de cargo.
  - contém 60 questões, numeradas de 1 a 60.Caso contrário, reclame ao fiscal da sala um outro caderno.  
Não serão aceitas reclamações posteriores.
- Para cada questão existe apenas UMA resposta certa.
- Você deve ler cuidadosamente cada uma das questões e escolher a resposta certa.
- Essa resposta deve ser marcada na FOLHA DE RESPOSTAS que você recebeu.

### VOCÊ DEVE

- Procurar, na FOLHA DE RESPOSTAS, o número da questão que você está respondendo.
- Verificar no caderno de prova qual a letra (A,B,C,D,E) da resposta que você escolheu.
- Marcar essa letra na FOLHA DE RESPOSTAS, conforme o exemplo: (A) ● (C) (D) (E)

### ATENÇÃO

- Marque as respostas primeiro a lápis e depois cubra com caneta esferográfica de tinta preta.
- Marque apenas uma letra para cada questão, mais de uma letra assinalada implicará anulação dessa questão.
- Responda a todas as questões.
- Não será permitida qualquer espécie de consulta, nem o uso de máquina calculadora.
- A duração da prova é de 3 horas, para responder a todas as questões e preencher a Folha de Respostas.
- Ao término da prova, devolva este caderno de prova ao aplicador, juntamente com sua Folha de Respostas.
- Proibida a divulgação ou impressão parcial ou total da presente prova. Direitos Reservados.



## CONHECIMENTOS GERAIS

## Língua Portuguesa

**Atenção:** Para responder às questões de números 1 a 4, considere o texto abaixo.

1 *As sociedades modernas da Europa ocidental, ou dos continentes e espaços colonizados ou profundamente influenciados por ela, que hoje abrangem quase todo o globo terrestre, podem ser descritas sucintamente por alguns traços gerais: o Estado-nação, o capitalismo, a forma industrial de organização da produção; a convivência e sociabilidade urbanas; e os valores jurídicos constitucionais de liberdade e igualdade. Tais traços, por si sós, entretanto, não eliminaram seus contrários – solidariedades étnicas, formas pré-capitalistas de produção, a vida rural ou as hierarquias sociais. A novidade moderna consiste, antes, na rearticulação, em todos os planos, das formas e relações sociais antigas sob a égide desses novos traços.*

15 *Assim, no que diz respeito à organização social, as hierarquias, os privilégios, as deferências e os outros modos de expressão das desigualdades entre os seres humanos passaram, para serem aceitos, a depender de outras lógicas de construção e justificação. Tornaram-se, do mesmo modo, fontes permanentes de contestação, propiciadoras de lutas libertárias de emancipação e fermento de novas identidades sociais.*

(Antonio Sérgio Alfredo Guimarães. "Desigualdade e diversidade: os sentidos contrários da ação". In **Agenda brasileira: temas de uma sociedade em mudança**. São Paulo: Companhia das Letras, 2011. p. 168)

1. O autor,

- (A) ao caracterizar as sociedades modernas, chama a atenção para o fato de que o perfil desenhado tem abrangência universal, dado o cenário globalizante da contemporaneidade.
- (B) ao realizar a descrição das sociedades modernas, por meio de seus *traços gerais*, ordena-os de modo a expressar *sucintamente* o avanço de sua importância.
- (C) na série anunciada pelos dois-pontos (linha 5), elenca características exatamente proporcionais entre si, o que motiva a sequência delas sem a formação de qualquer tipo de subconjunto.
- (D) ao mencionar *Tais traços*, faz o pronome retomar especificamente o segmento *os valores jurídicos constitucionais de liberdade e igualdade*, ainda que sob a expressão *alguns traços gerais*, usada antes, tenha acolhido mais itens.
- (E) no terceiro período do primeiro parágrafo, com fundamentos manifestos, expressa um juízo que nega o caráter absoluto ou independente da descrição feita no período inicial.

2. É INCORRETO afirmar:

- (A) a expressão *no que diz respeito à organização social* (linha 15) traduz, no contexto, uma circunstância, implicando um traço restritivo.
- (B) a ideia de que *hierarquias, privilégios e deferências* (linha 16) expressam desigualdades entre os seres humanos está presente no texto, mas de modo subentendido.
- (C) em sociedades modernas, europeias ou não, houve uma ampla reorganização da ordem social quando formas de ação conservadoras conseguiram se sobrepujar aos modernos modos de articulação social, forma de produção e valores jurídicos.
- (D) em aparente contradição, em quase todo o mundo, as desigualdades entre os seres humanos são concomitantemente admitidas e rejeitadas, recusa esta que instiga alterações na organização social.
- (E) compreende-se do texto que grupos humanos buscam legitimar as *desigualdades* (linha 17) entre os seus componentes encadeando-as coerentemente nas convenções da sua peculiar organização social.

3. Afirma-se com correção:

- (A) em *ou dos continentes e espaços colonizados ou profundamente influenciados por ela* (linhas 1 a 3), ambas as sequências introduzidas por **ou** conectam-se diretamente ao segmento *As sociedades modernas*.
- (B) a expressão *por si sós* (linha 9) expressa, no contexto, uma causa.
- (C) se *antes* (linha 12) for substituído por "sobretudo", o sentido original se mantém.
- (D) é admissível considerar que a frase iniciada por *Assim* (linha 15) denota uma ilação.
- (E) a substituição de *para serem aceitos* (linha 18) por "à fim de serem aceitos" mantém a correção e o sentido originais.

4. A substituição que, acolhida pelo padrão culto escrito, mantém o sentido original do texto é a de

- (A) *As sociedades modernas da Europa ocidental [...] podem ser descritas* (linhas 1 a 4) **por** "*As sociedades modernas da Europa ocidental [...], pode-se descrevê-las*".
- (B) *As sociedades modernas da Europa ocidental, ou dos continentes e espaços colonizados* (linhas 1 e 2) **por** "*As sociedades modernas, seja da Europa ocidental, seja dos continentes e espaços colonizados*".
- (C) *entretanto* (linha 9) **por** "nesse íterim".
- (D) *sob a égide desses novos traços* (linha 14) **por** "sob a camuflagem desses novos traços".
- (E) *as deferências* (linha 16) **por** "as licenciosidades".



**Atenção:** Para responder às questões de números 5 a 7, considere o texto que segue.

- 1 O destino cruzou o caminho de D. Pedro em situação de desconforto e nenhuma elegância. Ao se aproximar do riacho do Ipiranga, às 16h30 de 7 de setembro de 1822, o príncipe regente, futuro imperador do Brasil e rei de Portugal, estava com dor de barriga. A causa dos distúrbios intestinais é desconhecida. Acredita-se que tenha sido algum alimento malconservado ingerido no dia anterior em Santos, no litoral paulista, ou a água contaminada das bicas e chafarizes que abasteciam as tropas de mula na serra do Mar. Testemunha dos acontecimentos, o coronel Manuel Marcondes de Oliveira Melo, subcomandante da guarda de honra e futuro barão de Pindamonhangaba, usou em suas memórias um eufemismo para descrever a situação do príncipe. Segundo ele, a intervalos regulares D. Pedro se via obrigado a apear do animal que o transportava para “prover-se” no denso matagal que cobria as margens da estrada.

(Laurentino Gomes, **1822**: como um homem sábio, uma princesa triste e um escocês louco por dinheiro ajudaram D. Pedro a criar o Brasil, um país que tinha tudo para dar errado. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2010. p. 29)

5. É correto afirmar sobre o excerto:

- (A) Formas verbais empregadas, como, por exemplo, *cruzou* (linha 1) e *estava* (linha 5), denotam que o autor, nesse trecho, limita-se a citar fatos passados concebidos por ele como contínuos.
- (B) A presença concomitante de certas formas verbais, como, por exemplo, *cruzou* (linha 1) e *é* (linha 6), evidencia que o autor, nesse trecho, mescla segmentos narrativos com comentários a respeito dos fatos.
- (C) Transformando a oração reduzida *Ao se aproximar do riacho do Ipiranga* (linhas 2 e 3) em desenvolvida, obtém-se “Aproximando-se do riacho do Ipiranga”.
- (D) Transpondo a frase *Testemunha dos acontecimentos, o coronel Manuel Marcondes de Oliveira Melo [...] usou em suas memórias um eufemismo* (linhas 10 a 14) para a voz passiva, obtém-se a forma verbal “tinha usado”.
- (E) Considerado o contexto, a substituição do modo subjuntivo pelo modo indicativo em *tenha sido* (linha 7) não interfere no sentido original, pois em nada fica alterada a atitude do falante em relação ao fato citado.

6. A análise do texto legitima a seguinte afirmação:

- (A) A organização da frase inicial exige que se considere o termo subentendido “sem” (“sem nenhuma elegância”), única possibilidade de torná-la sintaticamente adequada.
- (B) Os segmentos *futuro imperador do Brasil e rei de Portugal* e *o coronel Manuel Marcondes de Oliveira Melo* exercem a mesma função sintática nas frases em que estão inseridos.
- (C) As aspas em “*prover-se*” sinalizam o sentido pejorativo que o coronel Manuel Marcondes de Oliveira Melo emprestou à expressão.
- (D) Ainda que não tenha impedido a compreensão, a ausência do plural no segundo substantivo da expressão *tropa de mula* só pode ser entendida como um deslize, pois não há possibilidade de o padrão culto acatar essa formulação.
- (E) Considerando que *futuro* significa “que ainda está por vir”, nota-se que, nos casos em que a palavra foi usada (linhas 4 e 13), se toma como “presente” do que está por vir o dia do fato a que o autor se refere.

7. Cada alternativa apresenta segmento transcrito do texto e o mesmo segmento pontuado de modo diferente. A alteração que preserva o respeito ao padrão culto escrito, mas que provoca mudança do sentido original, é a encontrada em:

- (A) *Ao se aproximar do riacho do Ipiranga, às 16h30 de 7 de setembro de 1822,*  
Ao se aproximar do riacho do Ipiranga – às 16h30 de 7 de setembro de 1822 –
- (B) *o príncipe regente, futuro imperador do Brasil e rei de Portugal, estava com dor de barriga.*  
o príncipe regente futuro imperador do Brasil, e rei de Portugal, estava com dor de barriga.
- (C) *Acredita-se que tenha sido algum alimento malconservado ingerido no dia anterior em Santos, no litoral paulista.*  
Acredita-se, que tenha sido algum alimento malconservado, ingerido no dia anterior em Santos, no litoral paulista.
- (D) *ou a água contaminada das bicas e chafarizes que abasteciam as tropas de mula na serra do Mar.*  
ou, a água contaminada; das bicas e chafarizes, que abasteciam as tropas de mula na serra do Mar.
- (E) *Segundo ele, a intervalos regulares D. Pedro se via obrigado a apear do animal que o transportava para “prover-se” no denso matagal que cobria as margens da estrada.*  
Segundo ele a intervalos regulares, D. Pedro se via obrigado, a apear do animal que o transportava para “prover-se” no denso matagal que cobria as margens da estrada.



8. As ideias estão articuladas de modo claro e correto na seguinte frase:

- (A) Mesmo sendo ele um hábil articulador e a despeito do grande prestígio de que gozava, não obteve êxito na transação, pois a verdadeira natureza do negócio lhe escapara.
- (B) Dependendo a transação de um hábil articulador e que gozasse de grande prestígio, do mesmo modo ele não obteve êxito nisso: faltara-lhe a verdadeira natureza do negócio.
- (C) Ele não obteve êxito no processo na transação, ainda que sempre foi hábil articulador e apesar de gozava de grande prestígio, dado a verdadeira natureza do negócio, que tinha ficado obscuro para ele.
- (D) Sendo ele um hábil articulador e gozando de grande prestígio não obteve êxito na transação, visto a verdadeira natureza do negócio ter escapado para ele.
- (E) Não obstante o hábil articulador que era e do grande prestígio que sempre desfrutou não obteve êxito na transação, deixando de ter clara a verdadeira natureza do negócio.

9. A frase que está redigida em conformidade com o padrão culto escrito é:

- (A) Em que pese sobre ele todas as denúncias, comprovadas ou não, insiste por permanecer no cargo, desafiando o senso comum de que deveria pedir demissão.
- (B) Meritíssimo, baseado nos documentos que vão em anexo, solicito vossa interferência para que se apressem as providências legais sugeridas por seu assessor.
- (C) Incipientes ou não nesse tipo de pesquisa, infringiram normas discutidas dias atrás, motivo pelo qual não lhes dei endosso, sabendo que a maior parte deles o deseja muito.
- (D) Não sei das causas que lhes impediram de questionar o modo que foi discutido o dissídio, mas acho que os representantes da classe sabem o porquê disso.
- (E) Não é estranho, a meu ver, essa postergação, principalmente se levar em conta a hesitação que manifestaram anteriormente sobre a data do encontro.

10. A frase que está em conformidade com o padrão culto escrito é:

- (A) Impingiu os filhos, sem grande discrição, convenhamos, a ideia de que a melhor solução seria encaminhá-los a um curso profissionalizante dali a dois semestres.
- (B) Sabia que nada poderia sortir tanto efeito quanto a promessa de que, em sendo necessário, seria, e sem resquício de dúvida, o depositário da causa de seus concidadãos.
- (C) Reteve os documentos para fazer a rescisão dos novos discidentes, mas não suspendeu os privilégios dos que lhe tinham prestado serviços até aquele momento.
- (D) Ele é aquele a quem os astros nunca favoreceram, por isso diz que, se alguém lhe previr benesses de uma conjunção astral, reivindicará o direito de digladiar com ele.
- (E) Fosse quais fossem as questões a serem debatidas, os funcionários cujos salários estavam atrasados combinaram não interpelar, mas também não transigir com a chefia.

### Legislação Aplicada

11. De acordo com o Estatuto dos Servidores Públicos Civis do Estado de Pernambuco (Lei Estadual nº 6.123, de 20/07/68 e alterações posteriores), a respeito do exercício do cargo público, é INCORRETO afirmar:

- (A) A promoção interrompe o exercício.
- (B) O início, a interrupção e o reinício do exercício serão registrados no assentamento individual do funcionário.
- (C) O responsável pelo serviço onde deva servir o funcionário, é competente para dar-lhe exercício.
- (D) O funcionário denunciado por crime funcional será afastado do exercício, até decisão final passada em julgado.
- (E) O funcionário que não entrar em exercício, no prazo legal, perderá o cargo, salvo motivo de força maior, devidamente comprovado.

12. De acordo com o Estatuto dos Servidores Públicos Civis do Estado de Pernambuco (Lei Estadual nº 6.123, de 20/07/68 e alterações posteriores), denomina-se aproveitamento o

- (A) reingresso no serviço público do servidor aposentado, por interesse e requisição da Administração, respeitada a opção do servidor.
- (B) ato pelo qual o funcionário demitido ilegalmente, reingressa no serviço público com o ressarcimento das vantagens ligadas ao cargo.
- (C) ato pelo qual o funcionário exonerado ilegalmente, reingressa no serviço público com o ressarcimento das vantagens ligadas ao cargo.
- (D) reingresso no serviço público do servidor aposentado, quando insubsistentes os motivos da aposentadoria, respeitada a opção do servidor.
- (E) retorno à atividade do funcionário em disponibilidade, em cargo igual ou equivalente, pela sua natureza e vencimento, ao anteriormente ocupado.

13. Considere:

- I. O Tribunal de Justiça do Estado de Pernambuco, com sede na Comarca da Capital e Jurisdição em todo o território estadual, compõe-se de trinta e nove desembargadores.
- II. O Juiz mais antigo somente poderá ser recusado pelo voto nominal, aberto e fundamentado de dois terços dos integrantes do Tribunal de Justiça, conforme procedimento próprio, e assegurada ampla defesa.
- III. Um terço dos lugares do Tribunal de Justiça será composto, alternadamente, de membros do Ministério Público, com mais de dez anos de carreira, e de advogados de notório saber jurídico e reputação ilibada, com mais de dez anos de efetiva atividade profissional, indicados em lista sêxtupla pelos órgãos de representação das respectivas classes.

De acordo com Lei de Organização Judiciária do Estado de Pernambuco (Lei Complementar nº 100, de 02/11/2007, e alterações posteriores), está correto o que se afirma APENAS em

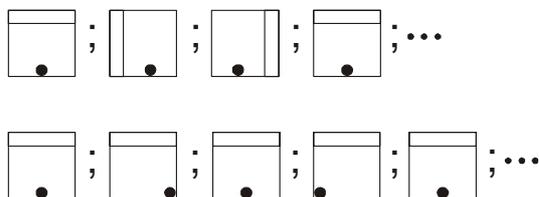
- (A) I e II.
- (B) I e III.
- (C) II e III.
- (D) I.
- (E) III.



14. De acordo com Lei de Organização Judiciária do Estado de Pernambuco (Lei Complementar nº 100, de 02/11/2007) no que concerne à composição, funcionamento e atribuições da Corregedoria Geral da Justiça, é correto afirmar:
- (A) A Corregedoria Geral da Justiça fará inspeções mensais em todas as circunscrições.
  - (B) Os juízes membros da Comissão Estadual Judiciária de Adoção serão livremente indicados pelo Corregedor Geral da Justiça, independentemente da entrada a que pertencam.
  - (C) O Corregedor Geral da Justiça não poderá requisitar, de qualquer repartição pública ou autoridades, informações e garantias necessárias ao desempenho de suas atribuições, devendo solicitá-las ao Presidente do Tribunal.
  - (D) O Corregedor Geral de Justiça poderá requisitar qualquer processo aos juizes de primeiro grau de jurisdição, tomando ou expedindo nos próprios autos, ou em provimento, as providências ou instruções que entender necessárias ao andamento do processo.
  - (E) A Corregedoria Geral da Justiça cientificará da correção, com antecedência de cinco dias, a Ordem dos Advogados do Brasil e do Ministério Público Estadual, nas pessoas dos seus representantes legais.

**Raciocínio Lógico**

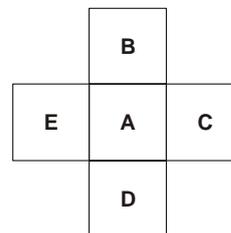
15. A sequência de figuras denominada A é formada por três figuras que se repetem ilimitadamente, sempre na mesma ordem. A sequência de figuras denominada B é formada por quatro figuras que se repetem ilimitadamente, sempre na mesma ordem.



Considerando as 15 primeiras figuras de cada sequência pode-se observar que o número de vezes em que as duas sequências apresentam figuras simultaneamente iguais é

- (A) 1.
  - (B) 2.
  - (C) 3.
  - (D) 4.
  - (E) 5.
16. Em uma enquete dez pessoas apreciam simultaneamente as praias **J**, **M** e **N**. Doze outras pessoas apreciam apenas a praia **N**. O número de pessoas que apreciam apenas a praia **M** é 4 unidades a mais que as pessoas que apreciam apenas e simultaneamente as praias **J** e **N**. E uma pessoa a mais que o dobro daquelas que apreciam apenas a praia **M** são as que apreciam apenas e simultaneamente as praias **J** e **M**. Nenhuma outra preferência foi manifestada nessa enquete realizada com 51 pessoas. A sequência de praias em ordem decrescente de votação nessa enquete é
- (A) **J**; **N**; **M**.
  - (B) **J**; **M**; **N**.
  - (C) **M**; **J**; **N**.
  - (D) **M**; **N**; **J**.
  - (E) **N**; **M**; **J**.

17. A figura mostra uma composição de cinco quadrados, todos com medida dos lados iguais a 4 cm. Imagine que o quadrado C se desloque, sobre o lado comum entre C e A, a distância de 1 cm aproximando-se do quadrado D. Imagine também que o quadrado D se desloque, sobre o lado comum entre D e A, à distância de 2 cm aproximando-se de E. Ainda imagine que o quadrado E se desloque, sobre o lado comum entre E e A, à distância de 3 cm aproximando-se de B.



O contorno da figura resultante dessas alterações imaginadas simultaneamente é um polígono com o número de lados igual a

- (A) 14.
- (B) 16.
- (C) 20.
- (D) 24.
- (E) 25.

18. Na sequência 1, 5, 8, 2, 6, 9, 3, 7, 10, 4, ... a lei de formação é uma adição, outra adição, uma subtração e repete a primeira adição, a segunda adição e a subtração, sempre da mesma maneira. Utilize exatamente a mesma lei de formação para criar uma sequência de números naturais a partir do número 7, e outra a partir do número 15. A diferença entre o décimo termo da segunda sequência criada e o décimo termo da primeira sequência criada é

- (A) 8.
- (B) 11.
- (C) 14.
- (D) 15.
- (E) 19.

**Noções de Informática**

19. Considere a planilha MS-Excel (2003):

	A	B
1	pri	2
2	seg	200
3	ter	450
4	qua	3
5	qui	32
6	sex	98
7	set	78
8	oit	47
9	non	8

O número 8 constante da célula B9 foi obtido pela função

- (A) =SOMA(B1:B8).
- (B) =CONT.NÚM(B1:B8).
- (C) =MÁXIMO(B1:B8).
- (D) =MÍNIMO(B1:B8).
- (E) =MÉDIA(B1:B8).



20. No MS-Word 2003, (I) Comparar e mesclar documentos e (II) Colunas são opções que podem ser acessadas, respectivamente, nos menus

- (A) Exibir e Formatar.
- (B) Formatar e Inserir.
- (C) Editar e Ferramentas.
- (D) Ferramentas e Formatar.
- (E) Ferramentas e Exibir.

21. Utilidades tais como calendário, temperatura, relógio e medidor de cpu, entre outras, podem ficar fixamente presentes na área de trabalho do MS-Windows 7. Trata-se de

- (A) painel de controle de serviços.
- (B) serviços administrativos.
- (C) *gadgets*.
- (D) *budgets*.
- (E) ícones da área de notificação.

22. Sobre vírus de computador é correto afirmar:

- (A) Se um vírus for detectado em um arquivo de programa e não puder ser removido, a única solução é formatar o disco onde o vírus se encontra para que ele não se replique.
- (B) Se a detecção do vírus tiver sucesso, mas a identificação ou a remoção não for possível, então a alternativa será descartar o programa infectado e recarregar uma versão de *backup* limpa.
- (C) Um antivírus instalado garante que não haverá nenhuma contaminação por vírus, pois os programas antivírus detectam e removem todos os tipos de vírus originados de todas as fontes de acesso ao computador.
- (D) Um vírus é um programa independente que pode se replicar e enviar cópias de um computador para outro através de conexões de rede. Na chegada, o vírus pode ser ativado para replicar-se e propagar-se novamente.
- (E) Um *worm* (verme) é um software que pode infectar outros programas, modificando-os; a modificação inclui uma cópia do programa do *worm*, que pode então prosseguir para infectar outros programas.

### Noções de Direito Constitucional

23. Peixoto, membro do Ministério Público Estadual, está passando por enorme dificuldade financeira, e precisa auferir maior rendimento para custear as suas despesas básicas, pois o seu subsídio não está sendo suficiente. Nesse caso, para complementar sua renda, Peixoto poderá

- (A) participar de sociedade comercial, na forma da lei.
- (B) receber, a qualquer título e sob qualquer pretexto, honorários, percentagens ou custas processuais nas causas que funcionar.
- (C) exercer a advocacia, desde que não advogue contra o Estado.
- (D) exercer uma função de magistério.
- (E) exercer atividade político-partidária em qualquer situação.

24. Lúcio, Amélia e Tito, respectivamente, pai, mãe e filho, são lavradores na pequena Cidade de Amambaí, Estado do Mato Grosso do Sul, e sozinhos, sem a ajuda de funcionários, cultivam soja na sua pequena propriedade rural, assim definida em lei. Lúcio investiu todas as suas economias pessoais na compra de uma máquina específica para ajudar a sua família na colheita da soja, acreditando que seria farta e que a máquina lhes traria um excelente resultado econômico. Porém, ocorreu uma geada que estragou toda a plantação, deixando Lúcio sem condições de saldar seus débitos vencidos decorrentes da atividade produtiva, sendo processado judicialmente. Nesse caso, a referida pequena propriedade rural

- (A) será penhorada, porém o Juiz limitará a penhora à parte de propriedade de Lúcio, pois Amélia e Tito não compraram a máquina.
- (B) é penhorável sempre porque deve garantir o pagamento integral das dívidas decorrentes da atividade produtiva, independentemente da existência de outros bens.
- (C) será penhorada desde que não existam outros bens penhoráveis.
- (D) será penhorada, mas, segundo a Constituição Federal, o Juiz dará a prévia oportunidade a Lúcio de pagar as dívidas em trinta e seis meses sem juros.
- (E) é impenhorável, face a vedação constitucional.

25. Aos servidores titulares de cargos efetivos dos Estados é assegurado regime de previdência de caráter contributivo e solidário, mediante contribuição do respectivo ente público, dos servidores ativos e inativos e dos pensionistas, observados critérios que preservem o equilíbrio financeiro e atuarial, sendo correto afirmar que o tempo de contribuição estadual e o tempo de serviço correspondente serão contados, respectivamente, para efeitos de

- (A) nomeação a cargo de comissão e promoção.
- (B) aposentadoria e de disponibilidade.
- (C) promoção e de aumento de vencimentos.
- (D) afastamento e de designação à função de comissão.
- (E) aumento de vencimentos e de nomeação a cargo de comissão.



26. A causa decidida, em última instância, pelo Tribunal de Justiça do Estado de Pernambuco, quando a decisão recorrida contrariar lei federal, será julgada pelo
- (A) Supremo Tribunal Federal em recurso extraordinário.
- (B) Superior Tribunal de Justiça em recurso ordinário.
- (C) Superior Tribunal de Justiça em recurso especial.
- (D) Supremo Tribunal Federal em recurso ordinário.
- (E) Tribunal Regional Federal competente.

#### Noções de Direito Administrativo

27. Analise sob o tema dos princípios da Administração Pública:

- I. Ato administrativo negocial pelo qual o Poder Público acerta com o particular a realização de determinado empreendimento ou a abstenção de certa conduta, no interesse recíproco da Administração.
- II. Atos enunciativos ou declaratórios de uma situação anterior criada por lei. Nesse caso, não cria um direito, mas reconhece a existência de um direito criado por norma legal.

Esses atos administrativos são denominados, respectivamente,

- (A) protocolo administrativo e apostilas.
- (B) apostila e portarias.
- (C) homologação e ordens de serviço.
- (D) protocolo administrativo e provimentos.
- (E) autorização e concessões.

28. No que se refere à responsabilidade da Administração Pública, é certo que

- (A) a doutrina moderna, distinguindo atos de *jus imperii* e de *jus gestionis*, admite responsabilidade objetiva da Administração somente quando o dano resulta de atos de gestão, excluindo-se os atos de império.
- (B) o ato legislativo típico, a exemplo da lei ordinária, em qualquer situação, que cause prejuízo ao particular, é indenizável objetivamente pela Administração Pública.
- (C) o ato judicial típico, lesivo, não enseja responsabilidade civil por parte da Administração Pública e nem por parte do juiz individualmente, em qualquer hipótese.
- (D) o dano causado por agentes da Administração Pública por atos de terceiros ou por fenômenos da natureza, também são indenizáveis objetivamente pela Administração.
- (E) os atos administrativos praticados por órgãos do Poder Legislativo e Judiciário, equiparam-se aos demais atos da Administração e, se lesivos, empenham a responsabilidade objetiva da Fazenda Pública.

29. Considere sob o foco do poder hierárquico:

- I. Chamar a si funções originariamente atribuídas a um subordinado significa avocar, e só deve ser adotada pelo superior hierárquico e por motivo relevante.
- II. A revisão hierárquica é possível, desde que o ato já tenha se tornado definitivo para a Administração ou criado direito subjetivo para o particular.
- III. As delegações quando possíveis, não podem ser recusadas pelo inferior, como também não podem ser subdelegadas sem expressa autorização do delegante.
- IV. A subordinação e a vinculação política significam o mesmo fenômeno e não admitem todos os meios de controle do superior sobre o inferior hierárquico.

Está correto o que se afirma APENAS em

- (A) II, III e IV.
- (B) II e IV.
- (C) I, II e III.
- (D) I e III.
- (E) I, III e IV.

30. Em matéria de atributos do ato administrativo é certo que

- (A) a imperatividade está presente em todos os atos administrativos, salvo os normativos, e dependem da sua declaração de validade ou invalidade.
- (B) a presunção de veracidade e legitimidade não transfere, como consequência, o ônus da prova de invalidade do ato administrativo para quem a invoca.
- (C) a presunção de legitimidade autoriza a imediata execução ou operatividade dos atos administrativos, mesmo que arguidos de vícios ou defeitos que os levem à invalidade.
- (D) o reconhecimento da autoexecutoriedade do ato administrativo tornou-se mais abrangente em face da legislação constitucional, entretanto sua execução depende, em regra, de ordem judicial.
- (E) a exequibilidade e a operatividade não possibilitam que o ato administrativo seja posto imediatamente em execução, porque sempre exigem autorização superior ou algum ato complementar.

**CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS**

31. Os Parâmetros Curriculares Nacionais se constituem como um referencial de qualidade para a educação no Ensino Fundamental em todo o país. Neste sentido, este documento configura-se como

- (A) uma matriz curricular que deve ser executada por estados e municípios e tem como objetivo resolver os problemas educacionais do país.
- (B) um referencial curricular homogêneo, que deve ser aplicado por todos os estados para garantir bons resultados no sistema educacional.
- (C) um currículo que deve ser utilizado por todas as escolas do país, para garantir a qualidade da educação em escolas públicas e privadas.
- (D) uma matriz curricular a ser utilizada por todas as escolas públicas para garantir uma melhor avaliação no SAEB (Sistema de Avaliação do Ensino Básico).
- (E) um referencial curricular aberto e flexível a ser utilizado por estados e municípios e tem como objetivo contribuir com a qualidade da educação no país.

32. O censo escolar é realizado em âmbito nacional com informações referentes à educação básica em seus diferentes níveis (educação infantil, ensino fundamental e ensino médio). Um dos objetivos deste processo é

- (A) avaliar as escolas públicas no que diz respeito às metodologias e práticas desenvolvidas.
- (B) gerar informações para a formulação, implementação e monitoramento das políticas educacionais no país.
- (C) coletar dados das escolas públicas do país para auxiliar diretores e coordenadores no monitoramento de suas ações.
- (D) fornecer subsídios para que os diretores e coordenadores das escolas possam implementar processos formativos mais eficientes.
- (E) coletar dados para compor banco de dados que auxilie no desenvolvimento de currículos mais contextualizados às demandas territoriais.

33. Uma professora do Ensino Fundamental I de uma escola pública municipal está planejando os instrumentos e processos de avaliação a serem utilizados durante o ano letivo. Para que a avaliação realizada auxilie os alunos no processo de aprendizagem ela deve

- (A) desenvolver instrumentos de avaliação diversificados a serem aplicados durante todo o ano letivo, para garantir o monitoramento dos processos de aprendizagem dos alunos.
- (B) criar instrumentos específicos para cada um dos alunos, com o objetivo de considerar as características e dificuldades individuais, e aplicá-los ao final do ano letivo.
- (C) aplicar, ao final do ano letivo, uma autoavaliação para que os alunos reconheçam quais aprendizagens foram desenvolvidas e quais conteúdos que devem ser mais bem trabalhados.
- (D) realizar um diagnóstico no início e uma prova ao final do ano letivo para verificar o que foi de fato apreendido pelos alunos e criar novas estratégias para aprendizagem.
- (E) elaborar e aplicar, durante todo o ano letivo, instrumentos de avaliação que possibilitem a classificação dos alunos, com o objetivo de estimular a aprendizagem, competitiva.

34. O projeto educacional expresso nos Parâmetros Curriculares Nacionais demanda uma reflexão sobre a seleção de conteúdos, como também exige uma ressignificação, em que a noção de conteúdo escolar se amplia para além de fatos e conceitos, passando a incluir procedimentos, valores, normas e atitudes.

(BRASIL, 1997, p. 48)

A partir da ressignificação dos conteúdos presentes nos Parâmetros Curriculares Nacionais a escola deve

- (A) assumir a formação integral do aluno e reforçar a necessidade do planejamento das atividades a serem desenvolvidas.
- (B) ter uma estrutura logística adequada, tais como quadras e laboratórios, para que possam ser trabalhados procedimentos, valores e normas.
- (C) realizar a avaliação de acordo com a matriz do SAEB, pois a mesma contempla também procedimentos, valores e atitudes.
- (D) proporcionar prioritariamente momentos lúdicos de jogos e brincadeiras, que auxiliem no desenvolvimento de procedimentos, normas e atitudes.
- (E) assumir a formação de seus profissionais, uma vez que a noção de conteúdo expressa nos documentos é complexa e de difícil compreensão.

35. O ECA (Estatuto da Criança e do Adolescente) considera criança a pessoa de até

- (A) 9 anos de idade incompletos.
- (B) 10 anos de idade incompletos.
- (C) 11 anos de idade incompletos.
- (D) 12 anos de idade incompletos.
- (E) 13 anos de idade incompletos.

36. Conforme artigo 56 do ECA (Estatuto da Criança e do Adolescente) Os dirigentes de estabelecimentos de ensino fundamental comunicarão ao Conselho Tutelar os casos de

- (A) reiteração de indisciplina, roubo na instituição envolvendo seus alunos e desrespeito às instâncias superiores da escola.
- (B) violência por parte de seus alunos, falta de participação dos pais em reuniões e descaso por parte dos familiares de seus alunos esgotados os recursos escolares.
- (C) alunos que não apresentam documentação necessária para inscrição, falta de vagas em sua unidade e inadequação do aluno a sua unidade.
- (D) maus-tratos envolvendo seus alunos, reiteração de faltas injustificadas e de evasão escolar esgotados os recursos escolares, e elevados níveis de repetência.
- (E) descaso por parte dos familiares de seus alunos esgotados os recursos escolares, maus-tratos envolvendo seus alunos e reiteração de indisciplina.

37. O SAEB (Sistema de Avaliação da Educação Básica) foi implantado em 1990, com o objetivo de produzir informações sobre o desempenho da educação básica em todo país. Para tanto, o SAEB coleta especificamente informações sobre

- (A) a escola, gestão escolar, professores e alunos.
- (B) a escola, gestão escolar e dados dos municípios e estados.
- (C) os alunos e pais de escolas públicas e privadas.
- (D) os professores, coordenadores, diretores e pais dos alunos.
- (E) as secretarias municipais e estaduais de educação em todo país.



38. Claudia, moradora de um bairro periférico de Recife, tem um filho de 7 anos e já está a mais de um ano procurando uma escola para matriculá-lo. Ao tentar fazer a inscrição de seu filho, na única escola perto de sua residência, foi informada pela diretora de que não havia mais vagas naquela unidade e, portanto, a mãe deveria esperar mais um ano para tentar realizar novamente a inscrição.
- De acordo com a LDB (Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional), para conseguir realizar a matrícula de seu filho Claudia deve
- (A) esperar mais um ano para tentar conseguir uma vaga na única escola, perto de sua residência, pois assim não gastaria com o transporte público para seu filho chegar à escola.
- (B) acionar o Conselho Tutelar de seu bairro, pois esta instituição é responsável pelo gerenciamento das vagas e bem-estar das crianças e adolescentes da região.
- (C) procurar vaga em outra escola, pois é direto da criança e dever da família garantir a matrícula e a permanência das crianças no Ensino Fundamental.
- (D) conversar com a diretora e tentar convencê-la da importância da vaga para seu filho e justificar por meio de comprovantes de renda e residência sua prioridade para obtenção da vaga.
- (E) encaminhar a demanda para o Ministério Público, pois é um dever do estado garantir vaga para o Ensino Fundamental em escolas próximas às residências dos alunos.
- 
39. De acordo com a LDB (Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional), os Currículos dos Ensinos Fundamental e Médio devem ser compostos por
- (A) estratégias e metodologias descritas nas Diretrizes Curriculares Nacionais, que determinam como devem ser trabalhados os conteúdos por cada um destes segmentos de ensino.
- (B) experiências e projetos desenvolvidos pelas redes municipais e estaduais de educação, para que possam ser socializadas experiências e futuramente incorporadas boas práticas em todas as unidades escolares do município e estado.
- (C) uma base nacional comum a ser complementada em cada sistema de ensino e estabelecimento escolar e uma parte diversificada que considere as características regionais, culturais e econômicas da clientela atendida.
- (D) uma base nacional comum que especifique os conteúdos mínimos a serem trabalhados em cada componente curricular em todas as escolas.
- (E) conteúdos pertinentes a cada sistema de ensino e estabelecimento escolar, não havendo um modelo único a ser seguido, visto que a realidade educacional brasileira é diferente em cada um dos estados e redes.
- 
40. A formação continuada dos professores é uma importante ação para o aperfeiçoamento e atualização das práticas docentes. Uma estratégia privilegiada para o desenvolvimento de uma formação voltada a garantir o compromisso com a qualidade da ação educativa é
- (A) o fornecimento gratuito de curso pelas redes educacionais municipais e estaduais, visto que é um dever do estado proporcionar o desenvolvimento do profissional docente.
- (B) o desenvolvimento de cursos de pós-graduação, nos quais os docentes poderão aperfeiçoar seus conhecimentos teóricos a respeito de temas de seu interesse.
- (C) a implementação de formações nas unidades escolares, nas quais os docentes poderão refletir sobre sua prática e trocar informações junto a seus pares.
- (D) o estabelecimento de quantidade e periodicidade mínima para o desenvolvimento de cursos para reciclagem dos docentes.
- (E) a exigência de que cada professor, após sua formação inicial, continue a se aperfeiçoar por meio de curso de pós-graduação *stricto-sensu*.
- 
41. Para que o espaço da sala de aula possa contribuir para o desenvolvimento da autonomia e do diálogo com os alunos, e entre eles, ele deve ter as seguintes características:
- (A) cadeiras móveis, materiais de restrito acesso aos alunos e paredes que possam ser utilizadas para exposição de letras do alfabeto e números de 0 a 9.
- (B) cadeiras sempre dispostas em roda, materiais geridos pelos representantes de sala e paredes que possam ser utilizadas somente para exposição dos trabalhos elaborados em grupo.
- (C) cadeiras móveis, fácil acesso aos materiais e paredes que possam ser utilizadas para exposição dos trabalhos individuais e coletivos.
- (D) cadeiras fixas, materiais gerenciados pelo educador e paredes que possam ser utilizadas para fixar cartazes de combinados elaborados pelo grupo de alunos.
- (E) boa iluminação e ventilação, lousa grande para a boa visualização dos alunos e paredes que possam ser utilizadas para exposição de letras do alfabeto e números de 0 a 9.
- 
42. Para garantir um bom planejamento didático-pedagógico das atividades e avaliação dos processos educativos é importante que o educador defina
- (A) com clareza os objetivos das atividades, a partir da realização de diagnósticos dos saberes dos alunos, e desenvolva periodicamente processos avaliativos.
- (B) a metodologia a ser utilizada durante as atividades e realize a avaliação ao final do ano letivo com o objetivo de verificar o que foi aprendido pelos alunos.
- (C) os instrumentais de avaliação a serem utilizados com antecedência e possa aplicá-los durante todo o processo educativo.
- (D) os materiais a serem utilizados e implemente processos de autoavaliação, com o objetivo de auxiliar os alunos em novas aprendizagens.
- (E) os conteúdos procedimentais e atitudinais a serem desenvolvidos e realize a avaliação ao final do ano letivo para verificar quais conteúdos foram assimilados pelos alunos.



43. No Brasil, o movimento da Escola Nova só começou na década de 1920, com diversas reformas esparsas do ensino público. Suas ideias expressaram-se de maneira clara em 1932, no Manifesto dos Pioneiros da educação nova, cujos principais signatários foram Fernando de Azevedo, Anísio Teixeira e Lourenço Filho.

(ARANHA, 2006, p. 228).

A Escola Nova trouxe conceitos e práticas inovadoras com relação à escola tradicional. Uma de suas principais características é

- (A) reconhecer que todo aluno tem a capacidade de aprender e neste sentido o educador é o responsável final pelo processo de aprendizagem dos alunos.
- (B) considerar que o aluno traz poucos conhecimentos para a escola e neste sentido o educador deve planejar sua aula de maneira detalhada.
- (C) possibilitar que o aluno entre em contato com diversas técnicas de produção de conhecimento, para que possam ser desenvolvidas habilidades procedimentais.
- (D) considerar o aluno como centro do processo educativo, sendo o educador o facilitador das aprendizagens a serem desenvolvidas pelos alunos.
- (E) proporcionar conhecimento profissionalizante a todos os alunos para integrar a instituição educativa à sociedade.

44. De acordo com a LDB (Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional) os estabelecimentos de Ensino Fundamental poderão adotar o sistema de progressão continuada. Esta estratégia de organização dos processos de avaliação do ensino-aprendizagem tem como principal objetivo

- (A) facilitar o processo de avaliação, uma vez que os alunos somente serão avaliados ao final de cada ciclo escolar.
- (B) garantir a diminuição das taxas de evasão e repetência, possibilitando um tempo maior para a aquisição das aprendizagens previstas ao final de cada ciclo.
- (C) aumentar o IDEB (Índice de Desenvolvimento da Educação Básica) das escolas, uma vez que com menor taxa de repetência o IDEB da escola tende a ser maior.
- (D) elevar a autoestima dos alunos, diminuindo as taxas de repetência, para que os educadores sejam estimulados a continuar na escola.
- (E) auxiliar os educadores nos processos avaliativos, proporcionando mais tempo para o desenvolvimento destes processos.

45. Rita é supervisora de ensino de uma rede de escolas de educação infantil em um pequeno município de Pernambuco. No início do ano letivo, ao realizar visita técnica a uma das escolas, ela percebe que existem alguns problemas estruturais em diversos ambientes da escola: tetos com bolor, ralos do banheiro entupidos, torneiras que não funcionam etc. Diante desta situação, a supervisora deve

- (A) conversar com a diretora informando os problemas encontrados, buscando uma solução conjunta.
- (B) sugerir a criação de um grupo de pais voluntários para auxiliar a escola na melhoria dos espaços destinados aos alunos.
- (C) conversar com a diretora e caso os problemas não sejam solucionados denunciar a escola para o Ministério Público.
- (D) exonerar a diretora uma vez que sua principal função é garantir condições espaciais mínimas para o desenvolvimento dos processos educativos.
- (E) mostrar à diretora os espaços que apresentam condições precárias e exigir que os problemas sejam solucionados no prazo máximo de um mês.

46. A noção de Zona de Desenvolvimento Proximal refere-se

- (A) ao nível de desenvolvimento recém-conquistado pela criança.
- (B) à distância entre o nível de desenvolvimento atual da criança e o que ela é capaz de fazer com ajuda.
- (C) ao quociente intelectual da criança mensurado na idade pré-escolar.
- (D) às expectativas de aprendizagem que se colocam para a criança.
- (E) às aprendizagens que estão consolidadas pela criança, autonomamente.

47. A participação dos pais no cotidiano da escola é

- (A) invasiva, pois os alunos acabam se dispersando de suas atividades diárias.
- (B) eventual, pois a maioria dos pais trabalha e não pode estar continuamente na escola.
- (C) restrita aos momentos de reunião de pais e mestres ou individuais.
- (D) desejada, pois espera-se que os pais interfiram nas atividades de seus filhos.
- (E) esperada, mas deve estar vinculada diretamente aos objetivos e ações da escola.



<p>48. No espaço escolar, o grêmio estudantil</p> <p>(A) amplia os conflitos com a direção escolar, pois os alunos tendem a assumir uma postura autônoma.</p> <p>(B) afasta alunos que têm menor nível de participação e espírito crítico em relação aos participantes do grêmio.</p> <p>(C) funciona como um espaço de socialização e ludicidade, amenizando a pressão do ensino médio.</p> <p>(D) concretiza o direito dos adolescentes de se organizar e participar em entidades estudantis.</p> <p>(E) não agrega maiores contribuições, atualmente, pois os demais espaços da escola já são democráticos.</p>	<p>52. Para o educador Paulo Freire, a educação é</p> <p>(A) uma ação neutra, enquanto a alfabetização deve focar a leitura crítica da realidade do aluno.</p> <p>(B) a forma como os grupos opressores organizaram a sociedade visando a reprodução do <i>status quo</i>.</p> <p>(C) um ato político-partidário que possibilita a tomada de poder das mãos dos opressores pelos grupos oprimidos.</p> <p>(D) um ato político que visa a formação da autonomia intelectual do educando e a sua intervenção na realidade.</p> <p>(E) o momento em que os educandos podem, sem pressão do poder, discutir os problemas sociais que afligem o trabalhador.</p>
<p>49. Em relação ao trabalho, o ECA (Estatuto da Criança e do Adolescente) estabelece que</p> <p>(A) é desejável que o adolescente ocupe o tempo com atividades remuneradas, evitando seu envolvimento em conflitos.</p> <p>(B) se deve motivar o jovem a assumir um emprego fixo, dependendo da situação socioeconômica da família.</p> <p>(C) é proibido qualquer trabalho a menores de quatorze anos de idade, salvo na condição de aprendiz.</p> <p>(D) é importante adiar ao máximo a contratação de um jovem, evitando interferir em seu ingresso no ensino superior.</p> <p>(E) poderá o adolescente trabalhar como bolsista ou estagiário, mas nunca como empregado fixo de uma empresa.</p>	<p>53. No Brasil, aproximadamente 30% das crianças não têm vagas disponíveis nas pré-escolas e 80% em creches. No que se refere às políticas públicas, essa situação é</p> <p>(A) de importância secundária, já que a educação infantil não é obrigatória, sendo uma opção dos pais colocar seus filhos na creche.</p> <p>(B) um problema particular dos pais das crianças, que têm o direito de escolher se pretendem colocar seus filhos na creche.</p> <p>(C) de importância fundamental, já que a educação infantil é um direito da criança e um dever do estado.</p> <p>(D) um problema da assistência social, que deve verificar a demanda real de pais que trabalham fora de casa.</p> <p>(E) uma possibilidade de articulação da escola e comunidade para organizar espaços informais de cuidado das crianças.</p>
<p>50. De acordo com a legislação brasileira, o ensino deve ser ministrado com base no princípio da</p> <p>(A) uniformidade de concepções pedagógicas pautadas pelas diretrizes curriculares.</p> <p>(B) igualdade de condições para o acesso e permanência na escola.</p> <p>(C) livre concorrência das iniciativas privadas responsáveis pelas escolas.</p> <p>(D) seleção por mérito, concretizada pelos sistemas de avaliação do ensino.</p> <p>(E) garantia da escola pública para as classes populares.</p>	<p>54. O princípio da autonomia das escolas</p> <p>(A) não se coloca para o setor público, já que este deve constituir uma rede unificada de ensino.</p> <p>(B) preserva a instituição das ingerências dos órgãos centrais, que têm o papel estrito de autorização de funcionamento e financiamento.</p> <p>(C) garante aos professores a possibilidade de atuação segundo as suas concepções individuais acerca do ensino.</p> <p>(D) refere-se à elaboração e implementação do seu projeto pedagógico, pelo qual a equipe escolar norteia o trabalho coletivo.</p> <p>(E) está prevista na legislação, mas contradiz o que na realidade acontece frente a quantidade de regulamentações oficiais.</p>
<p>51. Dentre as influências do pensamento de Rousseau para a educação está</p> <p>(A) a consideração da criança com sentimentos, desejos e ideias próprias de seu momento de vida.</p> <p>(B) a ideia de que a criança é um adulto em miniatura e sua educação direciona-se para o seu futuro.</p> <p>(C) a organização da atividade escolar com foco na educação do corpo e dos hábitos, desde os anos iniciais.</p> <p>(D) a ênfase no estudo das disciplinas de língua portuguesa e matemática como base para o aprendizado das demais.</p> <p>(E) o foco na formação moral, já que o ser humano, em essência, é mau e a função da escola é educá-lo.</p>	<p>55. No ambiente escolar, a gestão democrática consiste</p> <p>(A) na consecução das atividades burocráticas que as Secretarias de Educação designam ao diretor.</p> <p>(B) na harmonização da equipe escolar, tendo em vista a pluralidade de ideias que cria obstáculos ao ensino.</p> <p>(C) nos processos sistemáticos de tomada de decisões e na concretização dessas no cotidiano escolar.</p> <p>(D) na centralização da liderança no diretor que tem o papel de realizar a ação educativa integrada à rede.</p> <p>(E) em um princípio ideário superado da esquerda frente as atuais teorias da administração.</p>



<p>56. Na sociedade da informação e do conhecimento, a escola tem o papel de</p> <p>(A) restringir o uso das redes sociais, minimizando assim as situações de <i>ciberbullying</i> ou eventuais contatos com pessoas fora da escola sem o acompanhamento dos professores.</p> <p>(B) preservar os processos de ensino da forte influência das tecnologias, tendo em vista o caráter de dominação política que as empresas de tecnologia exercem no mercado.</p> <p>(C) atender as demandas do mercado de trabalho, assumindo as ferramentas do ensino a distância como as mais influentes do cenário social da contemporaneidade.</p> <p>(D) incluir as ferramentas tecnológicas nas aulas, já que os alunos de hoje se desinteressam com facilidade pelas metodologias mais utilizadas na escola.</p> <p>(E) propiciar a integração das mídias ao cotidiano escolar, de forma que os processos de ensino possibilitem a construção de capacidades de reflexão e seleção da informação e do conhecimento.</p>	<p>58. Segundo a resolução CEE/PE nº 4, de 07 de dezembro de 2009, que regula a oferta de Educação a Distância, no âmbito do Sistema de Ensino do Estado de Pernambuco, a EAD poderá ser ofertada na educação básica – ensino fundamental e médio – exclusivamente para</p> <p>(A) abonar faltas em caso de ausência dos alunos em atividades presenciais.</p> <p>(B) realização de processos de recuperação paralela.</p> <p>(C) aprendizagem de conteúdos referentes às tecnologias da informação.</p> <p>(D) avaliação de conteúdos desenvolvidos presencialmente.</p> <p>(E) complementação de aprendizagem ou em situações emergenciais.</p>
<p>57. No Estatuto da Criança e do Adolescente está previsto:</p> <p><i>Art. 53. A criança e o adolescente têm direito à educação, visando ao pleno desenvolvimento de sua pessoa, preparo para o exercício da cidadania e qualificação para o trabalho, assegurando-se-lhes:</i></p> <p><i>III. direito de contestar critérios avaliativos, podendo recorrer às instâncias escolares superiores.</i></p> <p>Essa prerrogativa</p> <p>(A) aponta para a perspectiva da criança e do adolescente como sujeito de direitos, inclusive no que se refere a possibilidade de refletir sobre o processo de ensino-aprendizagem.</p> <p>(B) mostra-se pouco realista, pois, em uma turma de alunos, é praticamente impossível para o professor mediar o questionamento sobre os critérios utilizados nos processos avaliativos.</p> <p>(C) deve ser modificada, uma vez que critérios de avaliação coerentes e válidos somente podem ser decididos pelo professor, de acordo com sua experiência profissional e acadêmica.</p> <p>(D) não influencia no âmbito da escola, já que o diretor e o coordenador da equipe docente são as instâncias superiores e as estratégias avaliativas mais específicas ficam restritas à sala de aula.</p> <p>(E) consiste no auge da perspectiva democrática, mas restringe o papel do professor na avaliação dos alunos.</p>	<p>59. A Secretaria Estadual de Educação de Pernambuco integrará as escolas indígenas, presentes em seu território, como unidades</p> <p>(A) dependentes da Secretaria, porém com especificidades em relação ao estudo da língua e conteúdos de matemática a serem abordados.</p> <p>(B) próprias, autônomas e específicas a seu sistema educacional, bem como irá provê-las de recursos humanos, materiais e financeiros necessários.</p> <p>(C) pertencentes à Secretaria, devendo seguir todas as normas de funcionamento das demais unidades para ter acesso aos recursos.</p> <p>(D) autônomas e independentes da Secretaria no que diz respeito à manutenção física e financeira.</p> <p>(E) relacionadas diretamente com as demais unidades escolares, desenvolvendo os conteúdos previstos para todo o Estado.</p> <p>60. Conforme Instrução 01/97, publicada em Conselho Estadual de Educação de Pernambuco em 24 de dezembro de 1997, os processos de recuperação de alunos com dificuldades de aprendizagem devem ser realizados preferencialmente</p> <p>(A) ao final do ano letivo.</p> <p>(B) no final de cada semestre.</p> <p>(C) durante o recesso escolar.</p> <p>(D) ao final de cada unidade temática.</p> <p>(E) no decorrer do ano letivo.</p>